



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**  
**Depto De Contratações E Compras Por Meio Eletrônico**  
**CARTA**

CT.DFCE 0080/2024

Sr.  
Marcelo Oliveira Rocha  
Sócio  
ROCHA CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS  
Avenida Paulista, 1274 - Conjunto 19 - Bela Vista  
São Paulo - SP  
CEP 01310-925

CONTRATO Nº PE25023-01 – Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que a Sra. Maria Eduarda Ferreira Ribeiro do Valle Garcia, Chefe do Departamento Jurídico Contencioso Trabalhista - DRJT, telefone (011) 3117-7052, será a responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,

**CAMILO DOS SANTOS VASCONCELOS**  
Chefe do Departamento de Contratações e Compras por Meio Eletrônico

---

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM  
Rua Boa Vista, 162 - Centro - São Paulo / SP - CEP 01014-000  
0800 0550121 - [www.cptm.sp.gov.br](http://www.cptm.sp.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Dos Santos Vasconcelos, Chefe De Departamento**, em 08/04/2024, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0024312876** e o código CRC **1A34F40E**.

---



Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratações E Compras Por Meio Eletrônico  
Contrato

CONTRATO - PE25023-01 - CÓDIGO ÚNICO Nº 20231711838  
PROCESSO - PE25023 - 386.00014692/2023-81

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO  
TRABALHISTA, VISANDO O  
ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE  
AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM  
FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR  
EMPREGADOS DE EMPRESAS  
PRESTADORAS DE SERVIÇOS E  
APOSENTADOS DA FEPASA, QUE ENTRE  
SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE  
TRENS METROPOLITANOS - CPTM E  
ROCHA CALDERON E ADVOGADOS  
ASSOCIADOS.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a **ROCHA CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 00.580.630/0001-82, com sede na Avenida Paulista, 1274 - Conjunto 19 - Bela Vista, na cidade de São Paulo - SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - **CPTM**, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as disposições do [Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), das normas internas específicas da **CPTM** e do Código de Conduta e Integridade e Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas

condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## 1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO TRABALHISTA, VISANDO O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E APOSENTADOS DA FEPASA.**

1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico – PE25023, bem como os seguintes:

Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Proposta da <b>CONTRATADA</b> ;
Anexo III	Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
Anexo IV	Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade;
Anexo V	Cópia do Termo de Confidencialidade e Uso
Anexo VI	Termo de Ciência e de Notificação.

2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

## 3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

## 4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico – PE25023, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços

contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

## 5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de 15 (quinze) meses, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de termo de aditamento.

5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.

5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.

5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

## 6. VALOR DO CONTRATO

6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 1.185.000,00 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil reais), em janeiro/2024, mês-base dos preços.

6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

## 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **Programa de Trabalho nº**

## 8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Termo de Referência, partes integrantes do presente instrumento.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.
- 8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição e do recebimento da respectiva Carta de Aprovação de Faturamento - CA, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal - DFSF da **CPTM**, via endereço eletrônico [DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br](mailto:DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br), o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços,

conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.

9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço - O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.

9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.

9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovadas a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.

9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

n = Número de dias em atraso

9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.

9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos

índices de preços que compõem a fórmula de reajuste

9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017 alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021, estando vedada a cobrança bancária.

9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao gestor do contrato.

9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.

9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".

9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

## 10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(A_i / A_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P<sub>0</sub> = Preço na data base de referência do contrato;

A<sub>i</sub> = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês anterior ao da aplicação do reajuste de preços; e

A<sub>0</sub> = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês anterior ao da data base do contrato.

10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - janeiro/2024.

10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.

10.4 Quando da publicação dos índices definitivos, a **CONTRATADA** deverá



emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.

10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.

10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

## 11. TRIBUTOS

11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.

11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.

11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.

11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.

11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.

11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o

prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.

11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.

11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.

11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.

11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.

11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

## 12. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, correspondentes ao período de 12 (doze) meses, recolhida junto ao Departamento de Finanças da **CPTM**, com prazo de validade que abranja o período de 12 (doze) meses deste Contrato.

12.1.1 A garantia deverá ser renovada a cada 12 (doze) meses ou pelo prazo remanescente de vigência contratual caso este seja inferior a 12 (doze) meses.

12.1.2 A garantia deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento

ou atualização dos preços do contrato.

12.1.3 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à **CONTRATADA** optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da **CPTM**.

12.1.4 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.

12.1.5 A garantia prestada em dinheiro terá que ser depositada pela **CONTRATADA** diretamente na conta bancária a ser indicada pelo Departamento de Finanças da **CPTM**, devendo ser enviado cópia digital do comprovante de depósito ao endereço eletrônico [dffagarantia@cptm.sp.gov.br](mailto:dffagarantia@cptm.sp.gov.br).

12.1.6 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.

12.1.6.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a **CONTRATADA** obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da **CPTM**.

12.1.7 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.

12.1.8 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.1.9 A **CPTM** poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a **CONTRATADA** pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, bem como, no que

couber, as disposições contidas no § 7º do Art. 152 do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da CPTM.

### 13. OBRIGAÇÕES DA CPTM

13.1 A **CPTM** se responsabiliza por:

13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.

13.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.

13.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.

13.1.4 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.

13.1.5 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

13.1.6 Designar um representante para gerenciar o contrato;

13.1.7 Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados para tal;

13.1.8 Efetuar os pagamentos dentro dos valores e prazos estipulados.

13.1.9 Fornecer uma senha para acesso ao Sistema de Controle de Processos da CPTM.

### OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:

14.1.1.1 Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a **CONTRATADA**, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.

14.1.2 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida

na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.

- 14.1.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 14.1.4 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.
- 14.1.5 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.1.6 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 14.1.7 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 14.1.8 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 14.1.9 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 14.1.10 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 14.1.11 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.1.12 Obter as devidas autorizações previstas em lei para a prestação do serviço, bem como promover as inscrições e registros necessários a tanto.
- 14.1.13 Obedecer às normas e rotinas da **CPTM**, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações

coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

- 14.1.14 Guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.
- 14.1.15 Articular-se com o Departamento Jurídico Trabalhista da CPTM, objetivando a transferência dos processos a serem assumidos pelo Contratado, de forma a não haver solução de continuidade que venha a prejudicar o bom andamento das ações; bem como receber a pauta de audiências das ações envolvendo os seus empregados.
- 14.1.16 Não divulgar, nem fornecer a terceiros, dados ou informações referentes aos serviços executados pela CPTM, salvo com autorização expressa desta;
- 14.1.17 Solicitar à CPTM, em prazo hábil e por escrito, as providências que venham a depender da atuação da Cia., relativa aos processos trabalhistas objeto do Contrato;
- 14.1.18 Responsabilizar-se pelo ônus de recolhimento de todos os tributos incidentes sobre o objeto do Contrato;
- 14.1.19 Somente atender as recomendações de natureza técnica ou geral, que tenham sido emanadas pelo Departamento Jurídico Trabalhista;
- 14.1.20 Não aceitar e/ou propor ações em face da CPTM;
- 14.1.21 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CPTM, sob seus cuidados profissionais;
- 14.1.22 Manter arquivo próprio e individualizado dos processos judiciais trabalhistas em que estiver atuando, fornecendo à CPTM, até o dia 10 (dez) de cada mês, em via impressa ou por e-mail previamente definido, relatório integral de posicionamento dos feitos, remetendo as cópias de todas as peças processuais (petição inicial, contestação, ludos periciais, atas de audiência, sentenças, embargos, recursos, guias de recolhimento, publicações etc.) para acompanhamento geral do Departamento Jurídico Trabalhista, como condição de aceitação do serviço e para a efetiva apuração e recebimento do preço contratado. Deverá, também, no prazo acima, apresentar Relatório dos processos em trâmite na 1ª Instância, quando da procedência,

improcedência ou procedência parcial, do trânsito em julgado e da fase final, ou quando o processo já estiver liquidado ou arquivado.

- 14.1.23 Alimentar o Sistema de Controle de processos da CPTM, atualizando o andamento de cada processo;
- 14.1.24 Responder, juntamente com seus sócios e integrantes não sócios, subsidiariamente pelos danos causados à CPTM por ação ou omissão na execução do objeto do Contrato, sem prejuízo de outras responsabilidades legais;
- 14.1.25 Utilizar todos os recursos, requerimentos e impugnações admitidas em Direito como meio de defesa e garantia dos direitos da CPTM, somente eximindo-se desta responsabilidade caso a CPTM autorize, por escrito, a não utilização destes meios processuais;
- 14.1.26 Fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços contratados;
- 14.1.27 Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela CPTM, todas as informações relativas aos processos judiciais sob seu patrocínio;
- 14.1.28 Arcar com todos os custos relacionados com o pessoal necessário à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos, bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e outros não mencionados;
- 14.1.29 Arcar com todos os custos referentes às cópias extraídas pelo Contratado para a execução dos serviços objeto do Contrato, já compreendidos no valor do Contrato, bem como com todos os demais custos envolvidos na prestação dos serviços.
- 14.1.30 Assegurar que a condução de cada processo fique sob responsabilidade de pelo menos um dos integrantes da Equipe Técnica indicada para a execução dos serviços.
- 14.1.31 Para efeitos de cumprimento e execução dos serviços especificados no objeto do Contrato, o Contratado se obriga, através de seu pessoal ou preposto expressamente habilitado, a comparecer na CPTM para a retirada das citações e intimações judiciais, bem como para a coleta de todo e qualquer documento necessário à instrução do feito que estará disponibilizado no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da audiência ou do prazo fixado para o ato processual, sem qualquer ônus ou responsabilidade da CPTM;
- 14.1.32 Orientar, dirimir possíveis dúvidas que surjam através de pareceres ou de consultas escritas ou verbais, quanto ao

trâmite dos processos ou qualquer outra que seja do interesse da CPTM;

14.1.33 Atender qualquer solicitação ou convocação da CPTM, imediatamente após a identificação para tal fim, tanto por via telefônica ou por fax, dentro do horário administrativo;

14.1.34 Acompanhar totalmente cada processo até o final nos casos envolvendo empregados de empresas terceirizadas e aposentados da FEPASA e comparecer às audiências nos horários designados, até sua finalização, nos casos de empregados da CPTM;

14.1.35 Caberá ao Departamento Jurídico Trabalhista a interface entre o Contratado e as Gerências das demais áreas técnicas da CPTM.

## 15. PESSOAL

15.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

15.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos tributários, comerciais, ambientais, trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

15.3 Caso ocorra eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

15.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser



intentada contra a **CONTRATADA**, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

15.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

## 16. FISCALIZAÇÃO

16.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.

16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.

16.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.

16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.

16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.

16.7 Todos os defeitos, falhas e omissões detectadas pelo Gestor do contrato nos elementos técnicos apresentados e na execução dos serviços, deverão ser corrigidos pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CPTM**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua comunicação. A aceitação dos serviços será concretizada somente depois de realizadas todas as correções exigidas pelo Gestor do contrato, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos serviços realizados.

## 17. PENALIDADES

17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as

seguintes penalidades:

17.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente;

17.1.2 Multa de 0,02% (DOIS CENTÉSIMOS POR CENTO) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;

17.1.3 Multa de 0,1% (UM DÉCIMO POR CENTO) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;

17.1.4 Multa de 0,2% (DOIS DÉCIMOS POR CENTO) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;

17.1.5 Multa de 5% (CINCO POR CENTO) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato.

17.1.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

17.3 O pagamento das multas previstas nos subitens 17.1.3 a 17.1.5 não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.

17.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

17.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano "pro rata tempore", até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

## 18. RESCISÃO

18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

- c) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação, contratação e eventual prejuízo à execução do objeto contratado;
- d) O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- f) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- h) Razões de interesse público justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- i) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- j) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação ou de contratação pela **CONTRATADA**;
- k) O atraso nos pagamentos devidos pela **CPTM**, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de serviços ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013; e

18.2 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

18.3 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.

18.4 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.

18.5 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 170 do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da **CPTM**.

18.6 A hipótese de extinção a que se refere a alínea “k” do subitem 18.1 acima observará as seguintes disposições:

- a ) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b ) Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## 19. ALTERAÇÕES

19.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 159 do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da **CPTM**.

19.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

19.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

19.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 19.2.

19.5 O presente instrumento poderá ser renovado, desde que observadas as disposições do artigo 160 do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da **CPTM**.

## 20. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

20.1 O Objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.

## 21. GARANTIA TÉCNICA

21.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela

legislação vigente.

21.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.

21.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.

## 22. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

22.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.

22.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.

22.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.

22.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.

22.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

## 23. DIREITOS AUTORAIS

23.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.

23.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:

23.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente,

pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;

23.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;

23.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.

23.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.

23.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

## **24. COMUNICAÇÕES**

24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

### **CPTM:**

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

RUA BOA VISTA, 185 - CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-001

CONTRATO – PE25023-01

### **CONTRATADA:**

**ROCHA CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**

AVENIDA PAULISTA, 1274 - CONJUNTO 19 - BELA VISTA

SÃO PAULO / SP

CEP 01310-925

CONTRATO – PE25023-01

CONTATO: MARCELO OLIVEIRA ROCHA

TEL/FAX: (11) 3357-2300

E-MAIL: [licitacao@rochacalderon.com.br](mailto:licitacao@rochacalderon.com.br) / [rocha@rochacalderon.com.br](mailto:rocha@rochacalderon.com.br)

24.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

24.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para

serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

## 25. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 163 do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da **CPTM**.

25.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.

25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.

25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

## 26. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

26.1 A **CONTRATADA** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados, seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade, bem como à observância dos Códigos de Conduta e Integridade.

26.2 Nos casos em que a **CONTRATADA** receba da **CPTM** informações pessoais, estas devem ser utilizadas única e exclusivamente para a finalidade descrita no Contrato. Desta forma, salvo se expressamente autorizado, fica vedada a utilização de dados recebidos da **CPTM** para quaisquer fins não relacionados à efetiva prestação dos serviços deste Contrato, incluindo, mas não se limitando ao ganho financeiro a qualquer título com base em tais informações.

26.3 Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no *caput* do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a **CONTRATADA**, garantirá, em relação aos dados pessoais, a adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações contra acessos não autorizados e prevenir a ocorrência de incidentes de segurança da informação, como também, de

situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração comunicação, difusão, deleção ou exposição indevida ou acidental de informações ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

26.4 Considerando a natureza do tratamento, a **CONTRATADA** deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas, administrativas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da **CPTM** previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

26.5 A **CONTRATADA** deve, no que concerne aos dados pessoais compartilhados:

- a) imediatamente notificar a **CPTM** ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e
- b) sempre que solicitada, quando for o caso, prestar assistência e auxiliar a **CPTM** na elaboração da resposta à eventual requerimento visando o exercício de direitos por titulares de dados, garantidos pelo Capítulo III, da Lei Federal nº 13.709/2018 a que se refere o inciso I deste parágrafo.

26.6 A **CONTRATADA** deve notificar à **CPTM**, imediatamente, por meio do e-mail encarregado.dados@cptm.sp.gov.br a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a **CPTM** cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

26.7 Sem prejuízo da referida obrigação, a **CONTRATADA** deverá redigir um plano para resposta a incidentes de segurança, que deverá, minimamente, conter:

- a) A referida comunicação, que, por sua vez, deverá conter, no mínimo:
- b ) (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela **CONTRATADA**; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação destes indivíduos; (v) dados de contato do Encarregado pela Proteção de Dados da **CONTRATADA**, ou pessoa por meio da qual seja possível obter informações sobre o ocorrido; e (vi) descrição das possíveis consequências do evento;

26.8 A seguir, e após autorização da **CPTM**, deverá a **CONTRATADA** providenciar:

- a) A notificação dos indivíduos afetados, mediante texto previamente aprovado pela **CPTM**.
- b) A notificação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, mediante texto previamente aprovado pela **CPTM**.



- c) A adoção de um plano de ação que cesse e contemple os fatores que levaram à causa do incidente e aplique medidas que visem garantir a não recorrência deste evento.

- 26.9 Para os incidentes que envolvam Dados Pessoais causados em razão de conduta única e exclusiva da **CONTRATADA**, esta ficará responsável por adotar as medidas acima descritas, bem como adimplir com eventuais sanções determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 26.10 Caso a **CPTM** assuma tais sanções, poderá exercer o direito de regresso perante a **CONTRATADA**, ficando este instrumento contratual constituído como título executivo extrajudicial.
- 26.11 Nos termos do parágrafo antecedente, a **CONTRATADA** deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.
- 26.12 A **CONTRATADA** deve auxiliar a **CPTM** na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.
- 26.13 Na ocasião do encerramento deste Contrato, a **CONTRATADA** deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais à **CPTM** ou eliminá-los, conforme decisão da **CPTM**, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, a **CPTM**, o cumprimento desta obrigação.
- 26.14 A **CONTRATADA** deve colocar à disposição da **CPTM**, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pela **CPTM** ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.
- 26.15 Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura do termo de aditamento que incluiu esta cláusula no Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.
- 26.16 A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à **CPTM** ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções da **CPTM** relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da **CPTM** em seu acompanhamento.
- 26.17 A **CONTRATADA** declara ciência de que a responsabilidade pela conformidade e observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ou qualquer outra norma ou regulamento relacionado à privacidade e proteção de dados pessoais eventualmente aplicáveis ("Leis de

Privacidade”), assim como as decisões quanto às atividades da empresa, no que tange ao tratamento de dados pessoais, competem única e exclusivamente à **CONTRATADA**, de modo que nem a **CPTM** e nem o Encarregado de Dados serão responsáveis por quaisquer danos, de qualquer ordem e natureza, tais como, e a estes não se limitando, indenizações, sanções administrativas, multas e outros que venham a ser, eventualmente, por ela suportados, em decorrência de infrações às Leis de Privacidade ou decisões inadequadas.

26.18 Nos termos do acima aduzido, caso algum terceiro demande, por qualquer meio, indenização ou sanção de qualquer natureza à **CPTM**, em decorrência da inobservância das Leis de Privacidade pela **CONTRATADA**, esta se obriga a assumir e/ou reembolsar os custos de defesa da **CPTM** e/ou do Encarregado de Dados, bem como indenizá-los por todos os prejuízos eventualmente suportados, incluindo os efeitos do artigo 125, inciso II, do Código de Processo Civil, comprometendo-se a **CONTRATADA** à aceitação da denúncia da lide.

26.19 Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I dos artigos 7º e 11ª da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela **CONTRATADA** ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essas hipóteses legais de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito da **CPTM**.

26.20 É vedada a transferência de dados pessoais, pela **CONTRATADA**, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da **CPTM**, e demonstração da observância, pela **CONTRATADA**, da adequada proteção desses dados, cabendo à **CONTRATADA** o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro (s) país (es) que for aplicável.

## 27. NOVAÇÃO

27.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

## 28. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

28.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da **CPTM** e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

## 29. VINCULAÇÃO

29.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico – **PE25023** e à proposta da **CONTRATADA**.

## 30. FORO

30.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Diretora Administrativa e Financeira

ana.borges@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

CPF Nº 003.938.371-73

RG Nº 429674-9

PEDRO TEGON MORO

Diretor Presidente

pedro.moro@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

CPF Nº 144.051.718-58

RG Nº 21.448.592-4

RAFAEL TONIATO MANGERONA

Gerente Jurídico

rafael.mangerona@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

CPF nº 274.702.858-57

RG nº 30.346.346-6

Pela **CONTRATADA**:

MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Sócio

licitacao@rochacalderon.com.br

E-mail pessoal: N/I

CPF nº 066.595.708-45

RG nº 17.324.173

**TESTEMUNHAS:**

FLAVIA ZAMPIERI RODRIGUES

Analista de Processos de Contratação

ALEXANDRE FRANCISCO

Assistente Administrativo

---

Documento assinado eletronicamente por **ROCHA, CALDERON**



E ADVOGADOS ASSOCIADOS registrado(a) civilmente como **MARCELO OLIVEIRA ROCHA**, Usuário Externo, em 28/03/2024, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Francisco, Assistente Administrativo**, em 01/04/2024, às 07:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Zampieri Rodrigues, ANL De Processos De Contratacao**, em 01/04/2024, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Toniato Mangerona, Gerente**, em 03/04/2024, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline de Faria Eduardo Borges, Diretor**, em 04/04/2024, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Tegen Moro, Diretor Presidente**, em 05/04/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0022961368** e o código CRC **3B112316**.

# **ANEXO I**

## **Termo de Referência**

**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – PE25023**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

Contratação de escritório de advocacia para a prestação de serviços na área do contencioso trabalhista, visando o acompanhamento integral de ações trabalhistas em que a CPTM figure como parte, movidas por empregados de empresas prestadoras de serviços e aposentados da FEPASA.

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**

Nos processos envolvendo empregados de empresas terceirizadas e aposentados da FEPASA, ocorrerá o acompanhamento das ações trabalhistas em que a CPTM figure como parte adversa, mediante a elaboração de contestações, comparecimento a audiências; interposição de recursos para Instâncias Superiores, e todas as peças processuais, em qualquer instância da Justiça do Trabalho, na defesa dos interesses da CPTM.

**3. PRAZO**

O prazo de execução efetiva dos serviços será de 15 (quinze) meses, consecutivos e ininterruptos, contados da data de recebimento da ordem de Serviço expedida pela CPTM, o que deverá ocorrer até o décimo quinto dia útil após a assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a assinatura de termos aditivos.

**4. CONDIÇÕES**

- a) A carga de trabalho da contratada está limitada a uma atuação em até 4.000 (quatro mil) processos, considerando que, atualmente, a CPTM tem, em média, 3500 (três mil e quinhentos) processos ativos de empregados terceirizados e aposentados FEPASA, podendo variar para mais, dependendo do ingresso de novas ações. A contratada será responsável pelo acompanhamento de ações trabalhistas em que a CPTM figure como parte, movidas por empregados de empresas prestadoras de serviços e aposentados da FEPASA.
- b) Para o acompanhamento de ações trabalhistas em que a CPTM figure como parte, movidas por empregados de empresas prestadoras de serviços e aposentados da FEPASA, o faturamento mensal será feito por unidade processual, ou seja, a contratada irá receber um valor fixo para cada processo sob sua responsabilidade, independentemente da fase processual e das providencias a serem adotadas em cada feito.
- c) Para cumprimento de toda a carga de trabalho da contratada, solicitamos uma

- d) Equipe Técnica de advogados que obrigatoriamente atuarão na prestação dos serviços, em um número mínimo de 16 (dezesseis) advogados, comprovadamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

## **5. FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CPTM é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

**ANEXO II**  
**Proposta da CONTRATADA**



**ANEXO III – PROPOSTA****À****CPTM – COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS****REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25023**

**Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO TRABALHISTA, VISANDO O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E APOSENTADOS DA FEPASA.**

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

**ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.580.630/0001-82, com sede na Av. Paulista, 1274, Conj. 19, São Paulo/SP – CEP 01310-925, neste ato representada por **MARCELO OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob n.º 066.595.708-45, no RG sob n.º 17.324.173 e na OAB/SP sob n.º 113.887, pela presente, neste ato apresenta sua Proposta Comercial.

**1. SERVIÇOS**

**1.1** A presente proposta refere-se à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO TRABALHISTA, VISANDO O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E APOSENTADOS DA FEPASA.

**1.2** Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico – PE25023 e seus anexos.

## **2. PREÇOS**

2.1 O preço total para os serviços objeto do edital que propomos é de **R\$ 1.185.000,00 (hum milhão e cento e oitenta e cinco mil reais)**, data-base 01/2024.

**2.1.1** O valor mensal, lançado para fins de proposta no sistema BEC/PE e definido pelo preço total da contratação dividido por 15 (quinze) meses, desta forma, temos o seguinte cenário:

- a)** valor unitário por processo – R\$ 19,75 (dezenove reais e setenta e cinco centavos);
- b)** valor mensal – R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais);
- c)** valor total (15 meses) – R\$ 1.185.000,00 (hum milhão e cento e oitenta e cinco mil reais).

**2.2** No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.

## **3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA**

**3.1** O prazo de execução do objeto contratual é de 15 (quinze) meses, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM em

até 15 (quinze) dias, da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de termo de aditamento.

**3.2** O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

#### **4. DECLARAÇÕES**

**4.1** Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.

**4.2** Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da CPTM e da Lei Federal nº 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

**4.3** Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2024.

DocuSigned by:

**MARCELO OLIVEIRA ROCHA**

A57774FE3153458...

**Rocha Calderon e Advogados Associados**

**CNPJ 00.580.630/0001-82**

**Marcelo Oliveira Rocha**

**RG 17.324.173/SSP/SP – CPF 066.595.708-45**

**Sócio Administrador - Representante Legal**

**Certificado de conclusão**

ID de envelope: 060AB6621BEA4CEF8888A84A9FCF6D70

Estado: Concluído

Assunto: Conclua com o DocuSign: Anexo III - Proposta.docx

Envelope de origem:

Página do documento: 3

Assinaturas: 1

Autor do envelope:

Certificar páginas: 1

Iniciais: 1

MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Assinatura guiada: Ativada

LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR

Selo do ID do envelope: Ativada

Endereço IP: 187.22.129.135

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

**Controlo de registos**

Estado: Original

Titular: MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Local: DocuSign

09/02/2024 05:23:12

LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR

**Eventos do signatário****Assinatura****Carimbo de data/hora**

MARCELO OLIVEIRA ROCHA

licitacao@rochacalderon.com.br

Rocha Calderon e Advogados Associados

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

**MARCELO OLIVEIRA ROCHA**

A57774FE3153458...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 187.22.129.135

Enviado: 09/02/2024 05:23:31

Visualizado: 09/02/2024 05:23:41

Assinado: 09/02/2024 05:24:10

Assinatura de forma livre

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**

Não disponível através do DocuSign

**Eventos de signatário presencial****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do editor****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do agente****Estado****Carimbo de data/hora****Evento de entrega do intermediário****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega certificada****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de cópia****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos relacionados com a  
testemunha****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de notário****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de resumo de envelope****Estado****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptado

09/02/2024 05:23:31

Entrega certificada

Segurança verificada

09/02/2024 05:23:41

Processo de assinatura concluído

Segurança verificada

09/02/2024 05:24:10

Concluído

Segurança verificada

09/02/2024 05:24:10

**Eventos de pagamento****Estado****Carimbo de data/hora**

**ANEXO III**

**Planilha de Quantidades e  
Preços Propostos**

**ANEXO IV – PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS****À****CPTM – COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS****REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25023**

**Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO TRABALHISTA, VISANDO O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E APOSENTADOS DA FEPASA.**

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

**ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.580.630/0001-82, com sede na Av. Paulista, 1274, Conj. 19, São Paulo/SP – CEP 01310-925, neste ato representada por **MARCELO OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob n.º 066.595.708-45, no RG sob n.º 17.324.173 e na OAB/SP sob n.º 113.887, pela presente, neste ato apresenta sua Proposta Comercial.

**PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS (UN)	VALOR UNITÁRIO POR PROCESSO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Prestação de serviços da área do contencioso trabalhista, para acompanhamento de ações trabalhistas em que a CPTM figure como parte, movidas por empregados de empresas terceirizadas e aposentados e pensionistas da FEPASA.	4.000	R\$ 19,75	R\$ 79.000,00	R\$ 1.185.000,00

**data-base 01/2024**

- a)** valor unitário por processo – R\$ 19,75 (dezenove reais e setenta e cinco centavos);
- b)** valor mensal – R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais);
- c)** valor total (15 meses) – R\$ 1.185.000,00 (um milhão e cento e oitenta e cinco mil reais).

Para fins de lançamento da proposta no site da BEC, no endereço [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), o valor enviado eletronicamente deverá ser o VALOR MENSAL orçado pela PROPONENTE, definido pelo preço total da contratação, dividido por 15 (quinze) meses.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2024.

DocuSigned by:

**MARCELO OLIVEIRA ROCHA**

A57774FE3153458...

---

**Rocha Calderon e Advogados Associados**

**CNPJ 00.580.630/0001-82**

**Marcelo Oliveira Rocha**

**RG 17.324.173/SSP/SP – CPF 066.595.708-45**

**Sócio Administrador - Representante Legal**

**Certificado de conclusão**

ID de envelope: A8036F1247B146D895C3767604D8FD98

Estado: Concluído

Assunto: Conclua com o DocuSign: Anexo IV - Planilha de preços.docx

Envelope de origem:

Página do documento: 2

Assinaturas: 1

Autor do envelope:

Certificar páginas: 1

Iniciais: 1

MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Assinatura guiada: Ativada

LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR

Selo do ID do envelope: Ativada

Endereço IP: 187.22.129.135

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

**Controlo de registos**

Estado: Original

Titular: MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Local: DocuSign

09/02/2024 05:24:19

LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR

**Eventos do signatário****Assinatura****Carimbo de data/hora**

MARCELO OLIVEIRA ROCHA

licitacao@rochacalderon.com.br

Rocha Calderon e Advogados Associados

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

**MARCELO OLIVEIRA ROCHA**

A57774FE3153458...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 187.22.129.135

Enviado: 09/02/2024 05:24:32

Visualizado: 09/02/2024 05:24:39

Assinado: 09/02/2024 05:24:53

Assinatura de forma livre

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**

Não disponível através do DocuSign

**Eventos de signatário presencial****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do editor****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do agente****Estado****Carimbo de data/hora****Evento de entrega do intermediário****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega certificada****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de cópia****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos relacionados com a  
testemunha****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de notário****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de resumo de envelope****Estado****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptado

09/02/2024 05:24:32

Entrega certificada

Segurança verificada

09/02/2024 05:24:39

Processo de assinatura concluído

Segurança verificada

09/02/2024 05:24:53

Concluído

Segurança verificada

09/02/2024 05:24:53

**Eventos de pagamento****Estado****Carimbo de data/hora**



**ANEXO IV**

**Cópia da Declaração de Ciência e  
Responsabilidade**

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE****À****CPTM – COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS****REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25023**

**Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO TRABALHISTA, VISANDO O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E APOSENTADOS DA FEPASA.**

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

Pela presente, eu, **MARCELO OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob n.º 066.595.708-45, no RG sob n.º 17.324.173 e na OAB/SP sob n.º 113.887, representante legal de **ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 00.580.630/0001-82, com sede na Av. Paulista, 1274, Conj. 19, São Paulo/SP – CEP 01310-925, na qualidade de Fornecedor ou parceiro Comercial da CPTM, neste ato **DECLARO** estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas neles para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas nestes Códigos, acessados através do endereço

eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

São Paulo, 15 de janeiro de 2024.

DocuSigned by:  
**MARCELO OLIVEIRA ROCHA**  
A57774FE3153458...

---

**Rocha Calderon e Advogados Associados**  
**CNPJ 00.580.630/0001-82**  
**Marcelo Oliveira Rocha**  
**RG 17.324.173/SSP/SP – CPF 066.595.708-45**  
**Sócio Administrador - Representante Legal**

**Certificado de conclusão**

ID de envelope: DB222A5AF0C549F992FC8070B267EE41

Estado: Concluído

Assunto: Conclua com o DocuSign: Anexo VII - Declaração de ciência e regularidade.docx

Envelope de origem:

Página do documento: 2

Assinaturas: 1

Autor do envelope:

Certificar páginas: 1

Iniciais: 0

MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Assinatura guiada: Ativada

LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR

Selo do ID do envelope: Ativada

Endereço IP: 187.74.247.12

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

**Controlo de registos**

Estado: Original

Titular: MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Local: DocuSign

19/01/2024 12:16:59

LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR

**Eventos do signatário****Assinatura****Carimbo de data/hora**

MARCELO OLIVEIRA ROCHA

licitacao@rochacalderon.com.br

Rocha Calderon e Advogados Associados

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

**MARCELO OLIVEIRA ROCHA**

A57774FE3153458...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 187.74.247.12

Enviado: 19/01/2024 12:17:18

Visualizado: 19/01/2024 12:17:23

Assinado: 19/01/2024 12:18:11

Assinatura de forma livre

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**

Não disponível através do DocuSign

**Eventos de signatário presencial****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do editor****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do agente****Estado****Carimbo de data/hora****Evento de entrega do intermediário****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega certificada****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de cópia****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos relacionados com a  
testemunha****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de notário****Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de resumo de envelope****Estado****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptado

19/01/2024 12:17:18

Entrega certificada

Segurança verificada

19/01/2024 12:17:23

Processo de assinatura concluído

Segurança verificada

19/01/2024 12:18:11

Concluído

Segurança verificada

19/01/2024 12:18:11

**Eventos de pagamento****Estado****Carimbo de data/hora**

**ANEXO V**

**Cópia do Termo de  
Confidencialidade e Uso**

**ANEXO VIII – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E USO****À****CPTM – COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS****REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25023**

**Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO TRABALHISTA, VISANDO O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E APOSENTADOS DA FEPASA.**

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

**ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.580.630/0001-82, com sede na Av. Paulista, 1274, Conj. 19, São Paulo/SP – CEP 01310-925, neste ato representada por **MARCELO OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob n.º 066.595.708-45, no RG sob n.º 17.324.173 e na OAB/SP sob n.º 113.887, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- 1.** O objeto deste Termo de Confidencialidade e Uso é prover a necessária e adequada proteção às Informações Restritas, de propriedade exclusiva e/ou sob controle da CPTM, reveladas ao Signatário ou por ele acessíveis, em função da execução do objeto do contrato.
- 2.** A expressão “Informações Restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer modo apresentada, tangível ou intangível, pessoal ou não, incluídas, mas não

se limitando, a manifestações técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios e processos.

- 3.** O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da CPTM, das informações restritas a ele reveladas ou por ele acessadas.
- 4.** O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com a CPTM, as informações restritas a ele reveladas ou por ele acessadas.
- 5.** O Signatário deverá cuidar para que as informações a ele reveladas ou por ele acessadas, fiquem limitadas ao seu próprio conhecimento.
- 6.** O Signatário obriga-se a informar imediatamente à CPTM, qualquer violação das regras de confidencialidade e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
- 7.** A quebra de confidencialidade ou das condições de uso das Informações Restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão de Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa da CPTM, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CPTM, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial e administrativo.
- 8.** O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às Informações Restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle da CPTM.

- 9.** O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as normas de segurança, privacidade e proteção de dados da CPTM.
- 10.** O Signatário deve assegurar que as obrigações assumidas por meio do presente instrumento sejam conhecidas e cumpridas por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores internos/externos.

E, por aceitar todas as condições e obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

São Paulo, 15 de janeiro de 2024.

DocuSigned by:

**MARCELO OLIVEIRA ROCHA**

A57774FE3153458...

---

**Rocha Calderon e Advogados Associados**  
**CNPJ 00.580.630/0001-82**  
**Marcelo Oliveira Rocha**  
**RG 17.324.173/SSP/SP – CPF 066.595.708-45**  
**Sócio Administrador - Representante Legal**



Certificado de conclusão		
ID de envelope: 2D845A2137054B808BCA24A50ECAB49B		Estado: Concluído
Assunto: Conclua com o DocuSign: Anexo VIII - Termo de confidencialidade e uso.docx		
Envelope de origem:		
Página do documento: 3	Assinaturas: 1	Autor do envelope:
Certificar páginas: 1	Iniciais: 0	MARCELO OLIVEIRA ROCHA
Assinatura guiada: Ativada		LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR
Selo do ID do envelope: Ativada		Endereço IP: 187.74.247.12
Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)		

Controlo de registos		
Estado: Original	Titular: MARCELO OLIVEIRA ROCHA	Local: DocuSign
19/01/2024 12:18:31	LICITACAO@ROCHACALDERON.COM.BR	

Eventos do signatário	Assinatura	Carimbo de data/hora
MARCELO OLIVEIRA ROCHA licitacao@rochacalderon.com.br Rocha Calderon e Advogados Associados Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)	<div>DocuSigned by: <b>MARCELO OLIVEIRA ROCHA</b> A57774FE3153458...</div> Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Utilizar o endereço IP: 187.74.247.12	Enviado: 19/01/2024 12:18:48 Visualizado: 19/01/2024 12:18:53 Assinado: 19/01/2024 12:19:06 Assinatura de forma livre

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:  
Não disponível através do DocuSign

Eventos de signatário presencial	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do editor	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do agente	Estado	Carimbo de data/hora
Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	19/01/2024 12:18:48
Entrega certificada	Segurança verificada	19/01/2024 12:18:53
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	19/01/2024 12:19:06
Concluído	Segurança verificada	19/01/2024 12:19:06
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora

**ANEXO VI**

**Termo de Ciência e de Notificação**



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratações E Compras Por Meio Eletrônico**

**Contrato**

**ANEXO VI**

**CONTRATO Nº PE25023-01**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:** COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

**CONTRATADA:** ROCHA CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS

**CONTRATO Nº:** PE25023-01

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO CONTENCIOSO TRABALHISTA, VISANDO O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE, MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E APOSENTADOS DA FEPASA.

**ADVOGADO(S) Nº OAB/E-MAIL:** CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ / OAB Nº 182.311 / e-mail: caio.forjaz@cptm.sp.gov.br e RAFAEL TONIATO MANGERONA / OAB Nº 213.777 / e-mail: rafael.mangerona@cptm.sp.gov.br.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos

prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

## **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo contratante:**

Nome: ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Cargo: Diretora Administrativa e Financeira

CPF: 003.938.371-73

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Nome: RAFAEL TONIATO MANGERONA

Cargo: Gerente Jurídico

CPF: 274.702.858-57

**Pela contratada:**

Nome: MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Cargo: Sócio

CPF: 066.595.708-45

**RESPONSÁVEL POR AÇÕES DE COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:**

**Gestor do contrato:**

Nome: MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA

Cargo: Chefe do Departamento Jurídico Contencioso Trabalhista

CPF: 928.689.678-68

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58



Documento assinado eletronicamente por **ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS** registrado(a) civilmente como **MARCELO OLIVEIRA ROCHA**, Usuário Externo, em 28/03/2024, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eduarda Ferreira Ribeiro Do Valle Garcia**, Chefe De Departamento, em 02/04/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Toniato Mangerona**, Gerente, em 03/04/2024, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline de Faria Eduardo Borges**, Diretor, em 04/04/2024, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Tegon Moro**, **Diretor Presidente**, em 05/04/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0022963212** e o código CRC **650E08B4**.

---